

ATA NÚMERO 05/XIII (1.ª)

09 de dezembro de 2015 – 10h00

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 1 de dezembro de 2015

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Federação Académica do Porto – 10h

5. Audiência à Federação Portuguesa de Professores – 11h

6. Plano de atividades e orçamento da Comissão

- Apreciação e votação

7. Projeto de lei n.º 45/XIII (1.ª), PCP - Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico

- Apresentação pelo autor - PCP
- Deputado Relator – A indicar pelo PS

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

- Dia 15 de dezembro de 2015 – 15h00

1. Audiência à Federação Académica do Porto

Invertendo a Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu início à reunião, dando a palavra ao representante da Federação Académica do Porto.

Daniel Freitas, Presidente da Federação Académica do Porto, fez a apresentação da *Moção Global 2015 – “Refletir o presente e ousar o futuro: por um ensino superior de excelência»*, que versa sobre o estado atual do ensino superior e ciência em Portugal, reunindo os contributos das 27 estruturas estudantis da Academia do Porto que fazem parte da Federação, onde é feita uma reflexão crítica acerca do financiamento, ação social, abandono escolar, gestão, qualidade, investigação em matéria de ensino superior e apresentadas propostas concretas com vista a tornar o ensino superior português mais inclusivo e justo.

Sintetizou igualmente as preocupações da Federação que se prendem com os seguintes pontos:

- ✓ A revisão do regime jurídico das instituições do ensino superior, plasmado no artigo 185.º na Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;
- ✓ A dilaceração da representação estudantil;
- ✓ A reorganização da rede de ensino superior, com o incremento de consórcios e a fusão de universidades e politécnicos de menor dimensão;
- ✓ A manutenção do sistema binário assente na diferenciação bem definida das missões e em critérios objetivos;
- ✓ A necessidade de repensar o financiamento do ensino superior e da ciência;
- ✓ A obrigação de o Estado garantir a existência de um sistema de ação social que auxilie os estudantes sem recursos financeiros;
- ✓ O combate ao abandono escolar.

Interveio de seguida o Deputado Cristóvão Crespo (PSD) que questionou a Federação acerca do financiamento plurianual das instituições do ensino superior, das alterações a introduzir no regime jurídico das instituições do ensino superior e no regime de propinas.

O Deputado Diogo Leão (PS) referiu-se ao contributo positivo dado pelo documento *Moção Global 2015* e perguntou se a Federação já tinha solicitado ao Ministro da Educação uma audiência para apresentar as suas propostas.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) congratulou a Federação pelo contributo dado com as reflexões e preocupações vertidas no documento apresentado.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou a Federação acerca das alterações prioritárias a introduzir no RJIES numa legislatura e a curto prazo.

Por fim, Daniel Freitas respondeu a todas as questões colocadas pelos Deputados e reiterou mais uma vez as preocupações e propostas da Federação para o ensino superior português.

A audiência foi gravada na íntegra, encontrando-se a documentação entregue e a [gravação áudio](#) disponíveis na página da Comissão.

2. Audiência à Federação Portuguesa de Professores

Filipe de Paulo, Presidente da Federação Portuguesa de Professores, fez a apresentação das reivindicações dos seus associados e dos professores em geral, e que se prendem com a reposição dos índices remuneratórios e o descongelamento das carreiras; a revisão da legislação sobre concursos com respeito pela graduação profissional; a extinção da Bolsa de Contratação de Escola; a reformulação dos horários de trabalho; a redução do número de alunos por turma e dos programas curriculares; a instabilidade profissional e a revisão do regime jurídico das doenças profissionais e de aposentação aos 36 anos completos de serviço, independentemente da idade. Abordou também a necessidade de criação de uma Ordem dos Professores para zelar pela função social e a dignidade da função docente.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) referiu-se à aposta feita no Programa de Governo do PS recentemente empossado na escola pública e perguntou se a Federação já tinha solicitado uma audiência ao Ministro da Educação e o que propunha em concreto quanto à redução do número de alunos por turma.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD tomava a devida nota da proposta de criação da Ordem dos Professores, referindo-se também à necessária monitorização dos programas curriculares, ao aumento do número de alunos por turma e ao regime especial de aposentação.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) abordou a questão da certificação de professores para o acesso à Ordem dos Professores e questionou a Federação quanto às propostas a

apresentar em matéria de excesso de burocracia, de número de alunos por turma e de currículos.

Filipe de Paulo respondeu no fim a todas as questões levantadas.

A audiência foi gravada na íntegra, encontrando-se a [gravação áudio](#) disponível na página da Comissão.

3. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Entrando no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Presidente submeteu à votação a proposta da Ordem do Dia da reunião, que foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP e PCP.

4. Aprovação da ata

De seguida, o Presidente submeteu à votação a Ata n.º 3, respeitante à reunião de 1 de dezembro de 2015, que foi igualmente aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP e PCP.

5. Comunicações do Presidente

5.1. Baixa de iniciativas legislativas

O Presidente deu conta de que tinham baixado à 8.ª Comissão os projetos de resolução n.os 19 e 21/XIII (1.ª), apresentados, respetivamente, pelo BE e PCP, que comunicaram que pretendiam discutir as iniciativas supra em Plenário, pelo que os serviços de apoio à Comissão iriam agora oficializar o Presidente da Assembleia da República nesse sentido.

5.2. Audição do Presidente do CNE – Relatório sobre o Estado da Educação 2014

O Presidente informou que a 15 dezembro teria lugar a audição do Presidente do CNE. Não havendo oposição, foi deliberado que seria utilizada a grelha normal de tempos.

5.3. Proposta da 12.ª Comissão (Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) de realização de audições públicas conjuntas

Em relação a este ponto, foi aceite a proposta apresentada pela 12.ª Comissão de realizar audições públicas conjuntas sobre a *Rede de Bibliotecas e Arquivos dos Municípios e Arte e cinema nas escolas, rede de Cineclubes e distribuição de cinema*.

5.4. Pedidos de audiência

O Presidente da Comissão informou que tinha pedido audiência à Comissão as Federações Académicas de Lisboa e Porto e várias associações académicas para apresentação das conclusões do Encontro Nacional de Direções Associativas, que vai ter lugar em 12 e 13 de dezembro, tendo ficado estabelecido que seriam recebidas em reunião da Comissão.

Referiu ainda o pedido de audiência do Sindicato dos Inspetores da Educação e do Ensino para apresentar a sua posição sobre as condições de trabalho dos inspetores, tendo sido acordado receber também este sindicato no seio da Comissão.

Por último, a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo solicitou uma audiência para manifestar a sua posição acerca dos projetos de lei do BE e do PCP de eliminação do exame do 1.º ciclo, tendo também ficado estabelecido receber esta entidade no seio da Comissão.

6. Plano de atividades e orçamento da Comissão

O Presidente da Comissão lembrou o consenso registado na anterior reunião em relação à criação dos Grupos de Trabalho do Parlamento dos Jovens (já em funcionamento) e da Educação Especial e o facto de ter ficado para ponderação a criação dum Grupo de Acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação, bem como as linhas de trabalho propostas.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) propôs que a aprovação do Plano de Atividades fosse feita por consenso, referiu que o PSD tinha concordado com a redução de Grupos de Trabalho e realçou que defendiam o acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação, tema que consideravam muito importante e que também estava previsto no Programa do Governo do PS.

Indicou depois que as linhas de trabalho configuravam um conceito indeterminado, com o qual não concordavam, pediu mais definição e realçou que as matérias que constavam daquelas linhas faziam parte do corpo central de competências da Comissão.

O Deputado Porfírio Silva (PS) concordou com a consensualização do Plano de Atividades e com o princípio da não proliferação de Grupos de Trabalho, tendo referido que nessa linha tinham retirado a proposta do Grupo de Trabalho da Ciência e concordado com o de Ensino Especial. Referiu depois que a descentralização era importante, mas não devia ser criado um Grupo de Trabalho para tratar a matéria, reiterando a criação de 2 Grupos de Trabalho no início da Sessão Legislativa e a hipótese de se ponderar a criação de outros em momento posterior.

Indicou ainda que as linhas de trabalho tinham sido uma forma de irem ao encontro das propostas dos outros Grupos Parlamentares, do CDS-PP, que tinha proposto a definição posterior do tipo de atividades e do BE.

Esclareceu ainda que essas linhas necessitavam da condução e impulso do Presidente da Comissão e dos Grupos Parlamentares.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a criação de poucos Grupos de Trabalho e defendeu a criação do Grupo de acompanhamento do processo de descentralização de competências na área da educação, salientando que ficariam apenas 3 Grupos.

Salientou ainda que tinha proposto várias áreas de acompanhamento, deixando para concretização na Comissão os mecanismos e atividades a desenvolver nesse âmbito, tendo manifestado receio de que a indicação apenas de linhas de trabalho deixasse a concretização vaga e eventualmente inconsequente e pediu a definição de cada linha e os resultados esperados.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) concordou com a proposta do PS de criação de 2 Grupos de Trabalho, referiu que o Plano de Atividades era aberto e podia ser alterado a cada momento e manifestou também acordo com as linhas de trabalho, salientando que era desejável que houvesse mais definição nesse âmbito.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) indicou que não percebia a impossibilidade de criação do Grupo de Trabalho de descentralização e informou que na anterior Legislatura os Grupos eram aprovados por consenso. Argumentou depois que as linhas de trabalho eram prioridades do proponente, que podiam mudar a cada momento e realçou que os Grupos de Trabalho tinham um mandato e um prazo de atividade definidos.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) informou que não tinham nada contra um Grupo de Trabalho de municipalização de competências, mas que a existência de muitos Grupos tornava difícil a participação dos Grupos Parlamentares mais pequenos.

O Presidente da Comissão resumiu que havia consenso em relação aos Grupos de Trabalho do Parlamento dos Jovens e da Educação Especial e que as linhas de trabalho teriam iniciativas dos Deputados, dinamizadas pela Comissão.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) pediu a autonomização dos pontos 10 (Grupos de Trabalho) e 11 (linhas de trabalho) da proposta do Plano de Atividades, para votação em separado e apresentou depois um requerimento oral para ser votada autonomamente a criação do Grupo de Trabalho da descentralização.

A Deputada Susana Amador (PS) referiu que a descentralização viria a ser sempre acompanhada, realçando que o deveria ser em articulação com a Comissão de Poder Local.

O Presidente da Comissão pediu ainda que escolhessem o tema para o Café de Ciência (das 2 propostas apresentadas, pelo CDS-PP e pelo PS) e dado que nenhum proponente fazia questão de ser adotado o tema que tinha proposto, aventou a hipótese de ser escolhido o tema *Impacto das alterações climáticas na saúde*, que constituía uma grande preocupação na atualidade. Este tema foi aprovado por consenso de todos os Deputados presentes.

O requerimento do PSD para a criação do Grupo de Trabalho da descentralização foi aprovado, com os votos a favor dos Deputados do PSD e do CDS-PP e os votos contra dos Deputados do PS e do PCP.

O ponto 11 da proposta de Plano de Atividades, respeitante às linhas de trabalho, foi aprovado, com os votos a favor do PS e do PCP e a abstenção dos Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Plano de Atividades na generalidade e o orçamento foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP.

7. Projeto de Lei n.º 45/XIII, PCP, Elimina os exames de 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico

A pedido da Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), foi consensualizado adiar este ponto para a reunião do dia 15 de dezembro.

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data da próxima reunião

Dia 15 de dezembro

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 15 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 15 de dezembro de 2015.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Laura Monteiro Magalhães
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
Cristóvão Crespo
Cristóvão Simão Ribeiro
Diogo Leão
Elza Pais
Margarida Balseiro Lopes
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Joana Mortágua
João Torres
Luís Monteiro
Maria Manuela Tender
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves